



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

## Relatório do Grupo de Trabalho da Subdivisão Insular - 6 de outubro de 2016 Presidência do Governo das Canárias.

O Presidente Cleofé Carballo acolheu os membros, dando-lhes as boas-vindas na sua terra de origem. O Presidente também recordou José Manuel Ortiz, o Coordenador técnico deste Grupo, que não pôde estar presente hoje.

As propostas de relatório da última reunião e de ordem do dia foram validadas sem alterações.

Todavia, as referidas validações ofereceram ao Secretário-geral a possibilidade de especificar um ponto relativo ao futuro deste Grupo, relacionado com a constituição do CC RUP. Durante a consulta organizada acerca da renovação estatutária, vários membros comoveram-se com a proposta de supressão deste Grupo, vendo nisso uma vontade de exclusão dos membros oriundos da Macaronésia. No entanto, a realidade é muito diferente, devendo a proposta ser considerada de um ponto de vista administrativo, levando em consideração a vontade de utilizar da melhor forma possível o dinheiro público. Quando o CC RUP for constituído, com uma organização assente em 3 grandes bacias marítimas, como estipulado pela PCP, a Comissão deixará de financiar os trabalhos especificamente insulares no CC Sul, pois já serão tratados no CC RUP. Por esse motivo, o GT Insular deixará de poder reunir-se. Isto não deve impedir - bem pelo contrário - a participação de Membros históricos do CC Sul nos trabalhos, a qual permanecerá livre e voluntária e fará todo o sentido com determinados assuntos, nomeadamente, a questão dos stocks partilhados.

Para além disso, foi indicado que a modificação dos estatutos apenas poderia ter lugar no âmbito de uma Assembleia Geral.

Projeto de parecer sobre a gestão do Robalo e de outras Espécies Aquícolas. Pedido de supressão do tamanho mínimo

O projeto de parecer apresentado dá seguimento à apresentação de Killian Toledo (Universidade de Alicante) ocorrida nas reuniões de finais de abril e subsequentes debates.

O projeto de parecer aborda os elementos já apresentados, discriminando os impactos dos escapes de aquicultura, especifica os meios a implementar para autorizar um verdadeiro plano de contingência e explora diferentes opções de um ponto de vista regulamentar, à semelhança de recomendações. O seu objetivo é tornar a implementação dos planos operacional, no caso de escapes aquícolas, de modo a limitar os inúmeros impactos ambientais.

Estas modificações regulamentares incidem sobre disposições comunitárias bem como nacionais. Também se inscrevem no respeito da agenda dos trabalhos institucionais, estando o Novo Quadro de Medidas Técnicas a ser atualmente debatido no Conselho e



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE  
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

no Parlamento Europeu. Pretende-se a supressão do tamanho mínimo desta espécie, tanto a nível da UE como a nível nacional, no que respeita às águas que circundam as Ilhas Canárias. Também convinha que as normas nacionais autorizassem a pesca desta espécie por meio de redes de cerco.

Estas medidas seriam tomadas a título transitório, na pendência dos resultados de novos estudos científicos destinados a melhor conhecer as estirpes locais. A longo prazo, um tamanho mínimo seria novamente introduzido para as estirpes selvagens.

O projeto de parecer tem por objetivo a adoção de práticas aquícolas mais cautelosas no futuro, nomeadamente no que respeita às espécies ausentes dos biótopos locais e o reforço dos trabalhos científicos de avaliação das consequências dos escapes.

Foram colocadas várias questões na sequência desta apresentação:

- Futuro dos peixes capturados durante os planos de contingentação, considerando o aspeto sanitário
- Participação dos pescadores recreativos nos planos de contingentação
- Evitamento das capturas indesejadas durante os referidos planos
- Não seria possível ser a própria regionalização prevista pela proposta da Comissão Europeia a autorizar os planos de contingentação?

Os debates que seguiram permitiram esclarecer determinados aspetos. A comercialização dessas capturas poderia ser possibilitada com o auxílio de uma quarentena sanitária. O desenvolvimento da aquicultura nas Canárias parece ter ocorrido num quadro pouco transparente, sem levar verdadeiramente em consideração os interesses de todos os intervenientes ou a integridade ambiental de ecossistemas frágeis. Convinha levar a cabo mais trabalhos científicos, de modo a melhor medir a dimensão espacial das consequências dos escapes.

Os membros acolheram muito favoravelmente este projeto de parecer, que deve, antes de mais, ser visto como uma vontade de revelar um importante problema ambiental, que os decisores políticos têm de levar em conta. Para além disso, vários Membros dos Açores referiram terem apreciado estas informações, sendo-lhes estas úteis para as decisões regionais de ordenamento no seu arquipélago.

#### Possibilidades de Pesca 2017 e 2018 - Goraz nos Açores (Zona CIEM X)

G. Rita indicou não ter querido inscrever este ponto na ordem do dia da reunião, não tendo a certeza de poder dispor das informações científicas necessárias para a proposta de uma recomendação.

Depois de agradecer ao Presidente, por este lhe dar a oportunidade de tratar deste assunto, indicou que a proposta da Comissão Europeia para este stock (-12%) seria muito prejudicial para o setor dos Açores, tendo inúmeras medidas de gestão sido aplicadas durante o período recente. Os pescadores entenderiam ainda menos tal redução das oportunidades de pesca, pois a impressão que têm é que a abundância no



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

mar tem melhorado.

Para o Presidente da Federação, seria necessário trabalhar na adoção de um parecer, realçando os esforços realizados e os impactos socioeconómicos presumidos, na esperança de obter um *statu quo* do TAC.

Vários membros confirmaram a importância deste recurso nos Açores e quão grave seria uma eventual redução para o setor. Alguns Membros indicaram que esta situação era previsível e que talvez agora fosse tarde para agir.

G. Rita salientou que esse relativo atraso se devia tanto à ausência de técnicos na Federação, como aos adiamentos na comunicação dos pareceres científicos.

Considerando o calendário comunitário das negociações e a importância deste assunto, tentar-se-á, apesar de tudo, obter a adoção de um parecer específico sobre esta questão no próximo Comité Executivo.

Projeto de parecer sobre possíveis isenções para a captura, a utilização como isco morto e o transbordo dos Pequenos Pelágicos abaixo do tamanho mínimo.

O segundo projeto de parecer apresentado pelos Membros Canarinos diz respeito às Medidas Técnicas e ao Controlo das Pescas.

No caso de várias pescarias, algumas normas comunitárias têm um impacto no dia-a-dia dos pescadores sem, no entanto, proporcionarem uma verdadeira mais-valia à gestão dessas espécies.

Para além do caso do tamanho mínimo do robalo, já tratado pelo outro projeto de parecer, o segundo objetivo deste projeto de parecer consiste em possibilitar a utilização de 10 a 20 toneladas por ano de pequenos pelágicos enquanto isco morto. Para tal, seria necessário modificar alguns tamanhos mínimos e possibilitar o transbordo de uma parte das capturas.

Relativamente às capturas de pequenos pelágicos e à sua utilização enquanto isco morto, alguns Membros Açorianos consideraram que essa problemática não tinha uma dimensão comunitária, devendo ser gerida a nível regional. Assim, alguns membros quiseram que o assunto não fosse instruído posteriormente nas instâncias europeias.

No entanto, os Membros Canarinos realçaram que a impossibilidade legal provinha de normas europeias, impedindo, deste modo, qualquer adoção de normas mais favoráveis a nível nacional ou regional.

A fim de não fragilizar as práticas atualmente existentes nos Açores, foi acordado não ir mais além neste assunto, na pendência de mais informações provenientes dos Açores. Pedro Capela foi especialmente identificado para cumprir esta missão.

Questões diversas





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE  
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu  
www.ccr-s.eu

- Francisco Portela Rosa quis conhecer mais precisamente as modalidades prévias à instalação de cabos submarinos em França, designadamente no que respeita a eventuais compensações atribuídas aos Pescadores.
- Jorge Gonçalves pediu pormenores sobre o acordo político há pouco obtido, relativo ao quadro geral das espécies ditas de profundidade.

#### Principais Conclusões:

- O projeto de parecer sobre os planos de contingência em caso de escapes aquícolas foi validado, pelo que será submetido ao Comité Executivo
- Será desenvolvido um projeto sobre as Possibilidades de Pesca de Goraz nos Açores, em 2017 e 2018, sendo, em seguida, apresentado ao próximo comité executivo
- Pedro Capela terá de transmitir os elementos relacionados com o segundo projeto de parecer.

